



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES - SJDHDS/GAB/DG/CL



SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Modalidade de Licitação	Número
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO	007/2019

CONTRATO N.º 009/2019 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU ESGOTAMENTO SANITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA ATRAVÉS DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL E O SAAE – SERVIÇOS AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO.

O ESTADO DA BAHIA, por intermédio da **SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SJDHDS**, CNPJ nº 21.730.529/0001-30, situada à Avenida Luis Viana Filho, 3ª Avenida nº 390, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por seu Secretário, **Sr. CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**, inscrito no CPF sob nº **098.225.425-34**, RG nº **007.927.606-7/SSP-BA**, nos termos do Decreto Governamental s/nº, publicado no DOE em **12/03/2019**, doravante denominada **CONTRATANTE** e o **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE de Alagoinhas**, município do Estado da Bahia CNPJ nº 13.644.919/0001-60, Inscrição Estadual nº 029.486.542, com sede no Largo da Independência, s/n, Bairro Centro - Alagoinhas – Bahia, CEP-48.020-480, neste ato representada pela Diretora, **MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO REIS**, portador do documento de identidade N° 04.988.090-05, emitido por SSP/BA, inscrito no CPF/MF sob nº 500.597.505-53, doravante denominada, apenas, **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO**, fundamentado na **Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019**, e que se regerá pelas normas gerais estabelecidas pela Lei Federal nº 8.666/93 e pela Lei Estadual nº 9.433/05, além das cláusulas, especificações e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário à unidade do Centro Social Urbano de Alagoinhas/Ba, órgão da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, em substituição ao Contrato nº 004/2017 – SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação dos CONTRATADOS com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando o CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

§4º Os serviços objeto deste contrato não poderão sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a empresa contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO

O prazo de vigência do contrato, a contar da data da sua assinatura, será de **24 (vinte e quatro) meses**, admitindo-se a sua prorrogação nos termos do inc. II do art. 140 da Lei estadual nº 9.433/05, observando-se o estabelecido no *caput* e no parágrafo único do art. 142 do referido diploma.

§1º A prorrogação do prazo de vigência está condicionada à obtenção de preços e condições mais vantajosas.

§2º A prorrogação deverá ser previamente justificada e autorizada pela autoridade competente para celebrar o ajuste e será realizada através de termo aditivo, devendo o pedido ser realizado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias antes do termo final do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – GARANTIA

Não exigível

CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO

Serviço com empreitada por preço global.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA mensalmente, após a apresentação de nota fiscal de prestação dos serviços, sendo estimado o valor médio global de **R\$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais)**, apenas para efeito de planejamento orçamentário.

§1º - O desembolso se fará, mensalmente, após apresentação de nota fiscal de prestação de serviços.

§2º Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações. (Excepcionar esta cláusula, quando algum tipo fornecimento for de responsabilidade do CONTRATANTE).

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Órgão/Secretaria - 12 – SJDHDS

Unidade Orçamentária - 12.101 – APG

Unidade Gestora -0001 – DG Executora

Função – 08

Subfunção – 122

Programa – 205

Atividade – 4514

Território/Região – 9900

Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00

Destinação de Recursos (Fonte) – 0.100.000000

Tipo de recurso (normal) - 1

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, além das determinações decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) executar os serviços objeto deste contrato de acordo com as especificações ou recomendações efetuadas pelo CONTRATANTE;
- b) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e recursos humanos para execução completa e eficiente dos serviços objeto deste contrato;
- c) zelar pela boa e completa execução dos serviços contratados e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- d) comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento dos serviços;
- e) atender com presteza as reclamações sobre a qualidade dos serviços executados, providenciando sua imediata correção, sem ônus para o CONTRATANTE;
- f) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado ao CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção dos serviços contratados, exceto quando isto ocorrer por exigência do CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- g) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- h) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços;
- i) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e/ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas aos serviços prestados;
- j) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA– OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;
- b) realizar o pagamento pela execução do contrato;
- c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

CLÁUSULA NONA – FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO

Competirá ao CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O adimplemento da obrigação contratual por parte da CONTRATADA ocorre com a efetiva prestação do serviço, a realização da obra, a entrega do bem, assim como qualquer outro evento contratual cuja ocorrência esteja vinculada à emissão de documento de cobrança, consoante o art. 8º, inc. XXXIV, da Lei estadual 9.433/05.

§2º Cumprida à obrigação pela CONTRATADA, caberá ao CONTRATANTE, proceder ao recebimento do objeto, a fim de aferir os serviços ou fornecimentos efetuados, para efeito de emissão da habilitação de pagamento, conforme o art. 154, inc. V, e art. 155, inc. V, da Lei Estadual 9.433/05.

§3º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei estadual 9.433/05, observando-se os seguintes prazos, se outros não houverem sido fixados na SEÇÃO DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS.

a) se a verificação da conformidade do objeto com a especificação, bem assim do cumprimento das obrigações acessórias puder ser realizada de imediato, será procedido de logo o recebimento definitivo;

b) quando, em razão da natureza, do volume, da extensão, da quantidade ou da complexidade do objeto, não for possível proceder-se a verificação imediata de conformidade, será feito o recebimento provisório, devendo ser procedido ao recebimento definitivo no prazo de 15 (quinze) dias.

§4º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§5º Tratando-se de equipamentos de grande vulto, o recebimento definitivo far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

§6º Esgotado o prazo total para conclusão do recebimento definitivo sem qualquer manifestação do órgão ou entidade CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito o objeto contratual, para todos os efeitos.

§7º Com a conclusão da etapa do recebimento definitivo, a CONTRATADA estará habilitada a apresentar as nota(s) fiscal(is)/fatura(s) para pagamento.

§8º Ficam indicados como Gestor e fiscal deste Contrato, os servidores: Gestor – Jonh de Deus Bastos, matrícula n.º. 82.577.605-6 e Fiscal – Adriano Raimundo Cerqueira Costa, Matrícula 92.012.737.

CLÁUSULA DÉCIMA – PAGAMENTO

Os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da apresentação da fatura, a pós concluído o recebimento definitivo, em consonância com o disposto no art. 6º, § 5º; art. 8º, XXXIV; art. 79, XI, “a”; art. 154, V e art. 155, V da Lei Estadual n.º. 9.433/05.

§1º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) somente deverá(ao) ser apresentada(s) para pagamento após a conclusão da etapa do recebimento definitivo, indicativo da satisfação pela CONTRATADA de todas as obrigações pertinentes ao objeto contratado.

§2º Ainda que a nota fiscal/fatura seja apresentada antes do prazo definido para recebimento definitivo, o prazo para pagamento somente fluirá após o efetivo atesto do recebimento definitivo.

§3º O CONTRATANTE descontará da fatura mensal o valor correspondente às faltas ou atrasos no cumprimento da obrigação, com base no valor do preço vigente.

§4º A(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s) deverá(ão) estar acompanhadas da documentação probatória pertinente, relatório pertinente, relativa ao recolhimento dos impostos relacionados com a obrigação.

§5º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, a exemplo de erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como obrigações financeiras pendentes, decorrentes de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

§6º As situações previstas na legislação específica sujeitar-se-ão à emissão de nota fiscal eletrônica.

§7º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO

Os preços são fixos e irrevogáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

§1º A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento da CONTRATADA quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo.

§2º O requerimento de revisão de preços deverá ser formulado pela contratada no prazo máximo de um ano a partir do fato que a ensejou, sob pena de decadência, em consonância com o art. 211 da Lei 10.406/02.

§3º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PENA DE MULTA

A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, ensejará a aplicação da pena de multa, observados os parâmetros estabelecidos nesta cláusula, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções previstas na Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Em caso de descumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual 10%(dez por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§2º Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual 10% (dez por cento) sobre o saldo do contrato, isto é, sobre a diferença entre o valor global do contrato e o valor da parte do fornecimento ou do serviço já realizado.

§3º Em caso de atraso no cumprimento da obrigação principal, será aplicado o percentual de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, e de 0,7 % (sete décimos por cento) por cada dia subsequente ao trigésimo, calculados sobre o valor da parcela do fornecimento ou do serviço em mora.

§4º Na hipótese do parágrafo anterior, se a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor global do contrato, deverá, salvo justificativa escrita devidamente fundamentada, ser recusado o recebimento do objeto, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

§5º Na hipótese de o contratado se negar a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação, será aplicada multa no percentual de 2,5% (dois e meio por cento) incidente sobre o valor global do contrato.

§6º As multas previstas nestes parágrafos não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

§7º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta. [SE HOUVER MULTA POR OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA].

§8º Para os casos de mero atraso ou inadimplemento de obrigação acessória, assim considerada aquela que coadjuva a principal, deverá ser observada a multa cominada na SEÇÃO B–DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS do instrumento convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OUTRAS PENALIDADES

Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§1º Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei estadual nº 9.433/05.

§2º Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INEXECUÇÃO E RESCISÃO

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato.

Salvador, de de 2019.

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA

SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL -
SJDHDS

CONTRATANTE

MARIA DAS GRAÇAS DE CASTRO REIS

SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Oliveira de Carvalho, Coordenador**, em 30/08/2019, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças de Castro Reis, Representante Legal da Empresa**, em 05/09/2019, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Martins Marques de Santana, Secretário**, em 06/09/2019, às 13:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10105404** e o código CRC **53B7E41C**.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS
COORDENAÇÃO DE LICITAÇÕES - SJDHDS/GAB/DG/CL



SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

UNIDADE SOLICITANTE: COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS - CSG

INEXIBILIDADE Nº 007/2019

FUNDAMENTAÇÃO: ART. 60, CAPUT, DA LEI Nº. 9.433/05.

Diante do exposto, solicitamos a V.s^a a devida autorização para proceder com a referida despesa.

OBJETO: Serviço de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário à unidade do Centro Social Urbano de Alagoinhas/Ba.

INTERESSADO: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ELEMENTOS EXIGIDOS PELO ART. 65, § 3º, INCISOS II, VI e VIII, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05, COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 8.666/93:

- O FEITO FOI INSTRUÍDO COM A PROPOSTA E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO QUE JUSTIFICA;
- RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTOR;
- JUSTIFICATIVA DO PREÇO.

***JUSTIFICATIVA DO PEDIDO:** A razão da escolha do fornecedor se justifica em caráter essencial do serviço, onde a SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto, Município de Alagoinhas, Estado da Bahia, retém a exclusividade do fornecimento conforme Lei Municipal nº 565/1965.*

NOME/ EMPRESA: SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO, com sede no Largo da Independência, s/n, Bairro Centro – Alagoinhas – Bahia, CEP-48.020-480

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Órgão/Secretaria - 12 – SJDHDS

Unidade Orçamentária - 12.101 – APG

Unidade Gestora -0001 – DG Executora

Função – 08

Subfunção – 122

Programa – 205

Atividade – 4514

Território/Região – 9900

Natureza da Despesa - 3.3.90.39.00

Destinação de Recursos (Fonte) – 0.100.000000

Tipo de recurso (normal) - 1

VALOR TOTAL: R\$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais)

UNIDADE SOLICITANTE

ASS. RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

HOMOLOGO / RATIFICAÇÃO

DIRIGENTE DA UNIDADE GESTORA

SECRETÁRIO SJDHDS



Documento assinado eletronicamente por **Clovis Oliveira de Carvalho, Coordenador**, em 30/08/2019, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jonh de Deus Bastos, Coordenador II**, em 30/08/2019, às 16:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone M. De Figueiredo Souza Araujo, Diretor Geral**, em 03/09/2019, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Martins Marques de Santana, Secretário**, em 06/09/2019, às 13:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10105269** e o código CRC **1F751507**.

RESUMO DA INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

Processo: 082.1718.2019.0003687-77. **Contratante:** Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – **SJDHDS**. **Contratada:** SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/ALAGOINHAS, CNPJ nº 13.644.919/0001-60. **Objeto:** Prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário à unidade do Centro Social Urbano de Alagoinhas/Ba, órgão da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – **SJDHDS**. **Valor Global Anual Estimado:** R\$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais). **Prazo de Vigência:** 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura. **Dotação Orçamentária:** **Unidade Orçamentária:** 12.101-APG; **Unidade Gestora:** 0001; **Função:** 08 **Subfunção:** 122; **Programa:** 205; **Atividade:** 4514; **Território:** 9900; **Elemento:** 3.3.90.39.00; **Fonte:** 0.100; **Tipo de Recurso:** 1. **Regime de Execução:** empreitada por preço global. **Amparo Legal:** art. 60, caput, da Lei Estadual 9.433/05.

RESUMO DO CONTRATO Nº 009/2019

Processo: 082.1718.2019.0003687-77. **Contratante:** Estado da Bahia, através da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – **SJDHDS**. **Contratada:** SAAE- SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/ALAGOINHAS, CNPJ nº 13.644.919/0001-60. **Objeto:** Prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário à unidade do Centro Social Urbano de Alagoinhas/Ba, órgão da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – **SJDHDS**. **Valor Global Anual Estimado:** R\$ 8.982,00 (oito mil, novecentos e oitenta e dois reais). **Prazo de Vigência:** 24 (vinte e quatro) meses, a contar da data da assinatura. **Dotação Orçamentária:** Unidade Orçamentária:12.101-APG; Unidade Gestora: 0001; Função:08 Subfunção: 122; Programa: 205; Atividade: 4514; Território: 9900; Elemento: 3.3.90.39.00; **Fonte:** 0.100; **Tipo de Recurso:** 1. **Regime de Execução:** empreitada por preço global. **Amparo Legal:** Lei Estadual nº 9.433/05.



ESTADO DA BAHIA

AUTORIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - APS

Secretaria: SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E	Tel.: (71)3115-6618	RS nº: 38.00706/2019	APS nº: 38.001.00036/2019
Emitente: DIRETORIA GERAL		Licitação nº:	Geração: 09/09/2019
Endereço: 3ª AVENIDA, Nº390, PLATAFORMA IV, 1º ANDAR	Fax:	Inexigibilidade nº007/2019	Emissão: 09/09/2019
Cidade: Salvador	UF: BA	Data Public:	Página: I
C.N.P.J.: 21730529000130	Insc.Estadual: ISENT0	Data abertura:	Contrato nº:
		Unid. Gestora : 12101.0001	Processo nº:082.1718.2019.0003687-77
Titular: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA		SRD nº: 12101.0001.19.0000248-1	LID nº: 12101.0001.19.0000223-1
Decreto: DOE 04/05/2019			INT nº: _
		Dotação Orçamentária: 12101.0001.08.122.205.4514.9900.33903900.0100000000.1	

A Nota Fiscal deve ser emitida em nome do emitente acima, contendo código do item contratado, banco/agência/conta bancária e nº da APS.

Fornecedor: SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO	C.N.P.J./C.P.F.: 13644919000160
Endereço: LARGO DA INDEPENDENCIA, S/N PREDIO - CENTRO	Insc.Estadual: CEP: 48020480
E-mail: copel.saae@bol.com.br	Insc.Municipal: E-mail3:
Cidade: Alagoinhas	UF: BA
	Representante Legal: TEL.: (75) 3182-6027
Família de serviços: 01.81	Forma de Pagamento: Ordem Bancária

ITEM ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UM	QUANTIDADE	PRECO UNITARIO	ValorDetalhe	PRECO TOTAL	PRZ. EXECUÇÃO
1 Ref. SAEB => 01.81.00.00099662-9 ABASTECIMENTO, de agua e esgotamento sanitario. Itens Pontuados:	Un	1,00	8.982,0000		8.982,00	730

TOTAL GERAL: 8.982,00

TOTAL POR EXTENSO: OITO MIL E NOVECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS

Unidade: DIRETORIA GERAL

Local de Entrega/execução: 0045 - CSU ALAGOINHAS - RUA SÃO JOSÉ

_____(BA) , ____/____/____ COORDENADOR , ____/____/____ DIRIGENTE , ____/____/____ FORNECEDOR



Documento assinado eletronicamente por **Jonh de Deus Bastos, Coordenador II**, em 09/09/2019, às 14:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone M. De Figueiredo Souza Araujo, Diretor Geral**, em 10/09/2019, às 12:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças de Castro Reis, Representante Legal da Empresa**, em 03/10/2019, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00010432371** e o código CRC **608564EB**.